



CULTURA ALIMENTAR COMO OBJETO DE POLÍTICA CULTURAL

o caso brasileiro

*food culture as object of cultural policy:
the brazilian case*

Alexandre Barbalho¹

.....
1 Professor permanente dos PPGS em Políticas Públicas e em Sociologia da UECE e em Comunicação da UFC. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas de Cultura e de Comunicação (CULT.COM) E-mail: alexandre.barbalho@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar uma expressão do movimento conjugado de politização e de ampliação do campo político-cultural que se deu nos governos petistas em âmbito federal. Trata-se, nesse caso, da introdução da cultura alimentar no âmbito de atuação do Ministério da Cultura. Nesse sentido, pergunta-se: quais recursos foram mobilizados para que ocorresse a incorporação da cultura alimentar na política cultural brasileira?

Palavras-chave: cultura alimentar; política cultural; Ministério da Cultura; politização.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze an expression of the combined movement of politicization and expansion of the political-cultural field that took place in the “petista” governments at the federal level. It is, in this case, the introduction of food culture within the scope of action of the Ministry of Culture. In this sense, the question is: what resources were mobilized for the incorporation of food culture into Brazilian cultural policy?

Keywords: food culture; cultural policy; Ministry of Culture; politicization.

INTRODUÇÃO

A gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC) ampliou a operacionalidade do conceito de cultura como objeto das políticas públicas em uma escala inédita desde que se iniciou a atuação do Estado no setor, como será explicitado mais adiante. Essa ampliação ficou conhecida no campo político-cultural como “dimensão antropológica da cultura”. O texto fundador no Brasil do debate acerca da diferenciação entre “dimensão antropológica” e “dimensão sociológica” da cultura e de suas implicações para a política pública é o de Isaura Botelho, “As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas”, publicado originalmente em 2001.

Em seu artigo, Botelho defende que, “embora as duas dimensões – antropológica e sociológica – sejam igualmente importantes, do ponto de vista de uma política pública exigem estratégias diferentes”. (BOTELHO, 2016, p. 20) Desse modo, na dimensão antropológica, “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”. (BOTELHO, 2016, p. 21) Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando.

A dimensão sociológica, por sua vez, não se constitui na invenção do cotidiano, seja individual, seja coletiva, mas em âmbitos especializados cuja produção tenciona “construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”. (BOTELHO, 2016, p. 22) Para tanto, “depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los”. (BOTELHO, 2016, p. 22) Como consequência, o circuito organizacional demandado pela dimensão sociológica da cultura acaba se impondo como foco central ou, às vezes, único das políticas governamentais de cultura em detrimento da antropológica.

Não importa aqui discutir a pertinência dessa separação operada por Botelho, e sim destacar, como antecipado, que a noção de “dimensão antropológica da cultura” foi apropriada pelo campo político-cultural a partir de 2003, a ponto de se tornar uma categoria nativa e um modo de qualificar como inovadora a passagem do compositor baiano pelo MinC. O próprio ministro atuou nessa articulação discursiva desde seu discurso de posse quando defendeu que a atuação do Ministério deveria funcionar como um “do-in antropológico”. (GIL; FERREIRA, 2016)

Decerto, o ministro não inaugurou o recurso à “dimensão antropológica da cultura” como suporte para a atuação das políticas culturais brasileiras. É possível localizar seu uso, em âmbito municipal, na gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo entre 1935 e 1938. Naquele órgão recém-criado, que atuava também nas áreas do meio ambiente, assistência social, esporte, turismo, entre outras (ANDRADE, 2015), o intelectual modernista e sua equipe implementaram uma política cultural sustentada por uma “utopia nacional-popular” (BARBATO JÚNIOR, 2004) que, entre outras ações, patrocinou a Missão de Pesquisas Folclóricas que passou por estados do Norte e do Nordeste em 1938.

No âmbito federal, essa dimensão, abordada também a partir de uma chave nacionalista, muitas vezes conservadora, esteve presente na produção intelectual de parte considerável dos membros do Conselho Federal de Cultura (CFC), a exemplo de Gilberto Freyre e Ariano Suassuna, e, conseqüentemente, nos rumos que esses conselheiros conseguiram imprimir à política cultural implementada pelo Ministério da Educação e Cultura durante o regime militar. (BOTELHO, 2000; MAIA, 2012; ORTIZ, 1986)

No período da redemocratização e em âmbito estadual, é possível citar a gestão de Darcy Ribeiro como secretário de ciência e cultura do estado do Rio de Janeiro de 1983 a 1986, quando criou o Sambódromo, equipamento que é palco do carnaval e também a escola pública, e os Centros Integrados de Ensino Público (Cieps). Os Cieps eram espaços integrados com a comunidade e suas produções simbólicas, voltados para usos educacionais, culturais, esportivos, de lazer e de saúde, com um programa de animação cultural no contraturno escolar. (RIBEIRO, 1986; SILVA, 2008)

De volta à gestão Gil e às que a sucederam durante o ciclo de governos petistas (Juca Ferreira, Ana de Hollanda e Marta Suplicy), a partir do campo de discursividade construído em torno da “dimensão antropológica da cultura”, ao qual somam-se outros afins, a exemplo da “diversidade”, foi possível não apenas reconhecer, mas tornar parte da agenda da política cultural, inicialmente em âmbito federal e depois, em um processo não coercitivo de difusão, nos demais entes subnacionais, distintas modalidades de produção simbólica para além das linguagens artísticas.

A expressão institucional desse processo foi a ampliação dos colégios setoriais que formavam o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Inicialmente constituídos pelas linguagens artísticas (música, dança, teatro, circo, artes visuais e livro e leitura), herdadas das câmaras setoriais atuantes na Fundação Nacional de Artes, gradualmente os colégios foram incorporando outras expressões tais como cultura dos povos indígenas, culturas afro-brasileiras

e culturas populares. Além de incluir um representante da cultura LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e demais grupos da diversidade sexual) no Plenário do CNPC, também foram ampliadas suas áreas técnico-artísticas e do patrimônio cultural, com a incorporação, por exemplo, da cultura hip hop, capoeira, cultura alimentar, culturas quilombolas, culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. (BRASIL, 2015)

Com esse reconhecimento de determinadas expressões e produções como “culturais”, ocorre uma segunda comutação, qual seja, a de agentes, que já se relacionavam com o poder público e suas políticas por meio de outros marcadores sociais, em “fazedores”, “militantes” ou “ativistas de cultura”, também categorias nativas criadas para nomear aqueles que, ligados à produção cultural, não se confundem nem com o artista consagrado, nem com o empreendedor cultural, pois tem como base a sua relação com uma comunidade territorial e/ou simbólica. (MICHETTI; BURGOS, 2016; MUNIAGURRIA, 2018) Caso exemplar é o que ocorreu com a coletividade LGBT em que seus militantes, que historicamente dialogavam com o Ministério da Saúde, operaram uma reconversão ao se posicionarem como agentes culturais, o que implicou na aquisição de repertório discursivo, bem como de mecanismos, trâmites e rituais próprios ao campo e indispensáveis para o trato com a política para o setor. Daí a conquista, entre outras, de um assento no CNPC e do lançamento entre 2005 e 2009 de editais voltados à cultura LGBT. (MUNIZ JÚNIOR; BARBALHO, 2020)

Por sua vez, a compreensão desse fenômeno se amplia quando inserido em um outro, o da politização do campo cultural, que também se inicia em 2003, a partir de dois movimentos principais. O primeiro já foi antecipado: refere-se à crescente incorporação, desde aquele ano, de setores da sociedade civil e suas agendas anteriormente pouco ou nada contempladas pelas políticas públicas de cultura. O segundo concerne ao progressivo manuseio, por parcela considerável de agentes culturais, de mecanismos, valores, repertórios e

controvérsias próprios ao campo político e que passaram a circular no circuito interno ao campo cultural constituindo uma nova *doxa*. Esse conjunto de “palavras de ordem” foi introduzido pela nova elite dirigente da política cultural brasileira que conquistou o monopólio de distribuição do poder público e do uso legítimo dos recursos políticos daí advindos, incluindo o de promulgar atos de Estado que pretendem exercer efeitos sobre a sociedade, (BOURDIEU, 2012) como é o caso dos diversos programas, ações e editais lançados pelo MinC. (BARBALHO, 2022a)²

O objetivo deste artigo é analisar a introdução da cultura alimentar no âmbito de atuação do MinC como uma expressão desse movimento conjugado (politização e ampliação do campo político cultural). Até então a questão da alimentação era operada no Estado brasileiro por meio, por exemplo, de noções como agrobiodiversidade, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, como expressam o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Decreto nº 6.040/07 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ou pelo viés da culinária e da gastronomia a partir da lógica do turismo.

Nesse sentido, pergunta-se: quais recursos foram mobilizados para que ocorresse a incorporação da cultura alimentar na política cultural brasileira a ponto de conquistar, um lugar entre as áreas técnicas do CNPC? Vale salientar que, nesse artigo, os termos culinária, gastronomia e alimentação, a despeito das controvérsias relacionadas às diferenças entre eles, serão utilizados como sinônimos de cultura alimentar posto que, em geral, os documentos no âmbito da política cultural federal intercambiam esses termos sem muito rigor.³

-
- 2 A respeito da elite dirigente do MinC nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ver BARBALHO (2022).
 - 3 Para um debate sobre o embate travado entre os agentes relacionados a esses termos ver LUZ (2020) e LUZ; BARBALHO (2021).

Para dar conta da problemática da pesquisa, o artigo se organiza em três seções, fora a introdução e as considerações finais. Na primeira, são apresentados os antecedentes de como a alimentação foi abordada pela política cultural brasileira antes do primeiro governo Lula. Na segunda, aborda-se o processo de patrimonialização da alimentação que se inicia no final dos governos psdbistas e se amplia nos governos petistas. Por fim, analisa-se a incorporação da cultura alimentar pelo MinC, com foco na trajetória da ativista Tainá Marajoara, primeira a representar o setor no CNPC.

À POLÍTICA FEDERAL COME PELAS BEIRADAS O PRATO DA CULTURA ALIMENTAR

O objetivo deste subitem é estabelecer alguns momentos iniciais da aproximação programática e prática entre a política cultural federal e a cultura alimentar de modo a subsidiar os movimentos e as tomadas de posição que ocorrerão no setor na era petista.

Desse modo, em 1936, por demanda de Gustavo Capanema, ministro da Educação e da Saúde Pública, Mário de Andrade escreveu um memorial que deveria servir de base para a criação, por parte do Ministério, de um “serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional”, como se lê no ofício que o escritor paulista, então à frente do já referido Departamento de Cultura de São Paulo, mandou para o ministro mineiro. (ANDRADE, 2002)

Esse documento, que ficou conhecido como “Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, está apoiado na “dimensão antropológica da cultura” e pela radicalidade de sua proposta não foi incorporado em sua integralidade quando da criação oficial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937.

Fernando Fernandes da Silva (2002) aponta duas orientações que continuam contemporâneas no Anteprojeto de Mário de Andrade: a proteção dos bens imateriais e a compreensão de que o bem cultural

não é sinônimo de, nem se reduz a, bens monumentais ou grandiosos. Nesses termos, o documento se antecipou, inclusive, às legislações internacionais sobre patrimônio.

No que diz respeito ao objeto desse artigo, no capítulo II do Anteprojeto, denominado de “Determinações preliminares”, Mário, ao definir “Obra de arte patrimonial”, vai estabelecer oito categorias, entre as quais as artes arqueológica, ameríndia e popular. Entre as várias formas de sua manifestação, encontram-se o folclore ameríndio e o folclore popular que têm como uma de suas expressões a *culinária e suas receitas*. Para o caso de tombamento das obras folclóricas, onde se incluem as *receitas culinárias*, o documento exigia que houvesse a sua “reprodução cientificamente exata”.

Outro momento no qual a cultura alimentar torna-se tema dos agentes envolvidos com a política cultural federal é quando aparece como objeto, central ou secundário, dos estudos e proposições dos conselheiros do CFC. Desse modo, por exemplo, na sessão plenária de fevereiro de 1983 do Conselho, um dos temas foi a terceira edição do livro *O cajueiro nordestino* do conselheiro Mauro Mota. Abrindo o debate, José Candido de Melo Carvalho, então presidente do CFC, destaca que o cajueiro é “uma das grandes economias do Nordeste brasileiro, em todos os aspectos, inclusive no *folclore*”. (CARVALHO, 1983, p. 82) Mota, agradecendo os elogios do colega, ressalta, entre outras coisas, que o cajueiro é “uma planta que é, sem dúvida, comparada com todas as outras, em qualquer parte, *a que mais tem relação com uma comunidade*”. (MOTA, 1983, p. 87) Encerrando esse tema naquela sessão, o conselheiro Marcos Vinícius Vilaça anuncia que a Secretaria de Cultura da Paraíba estava em negociação para adquirir uma “antiga e tradicionalíssima fábrica de vinho de caju” e que em seguida seria feito um Museu da Rapadura, no município paraibano de Areia.

A PATRIMONIALIZAÇÃO DO “DE COMER”

O destaque dado à contribuição de Mário de Andrade e às intervenções dos conselheiros do CFC justifica-se quando se observa que

é pelo viés do patrimônio que a Cultura Alimentar se torna efetivamente objeto da política cultural federal. (PIERONI, 2018) Este movimento tem como marco a realização em novembro de 1997, na cidade de Fortaleza, do seminário “Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção”. Em suas recomendações, o documento elaborado ao final do evento, a “Carta de Fortaleza”, destaca a criação de um grupo de trabalho liderado pelo IPHAN para propor um instrumento legal voltado à preservação de bens culturais imateriais, bem como de sua promoção e fomento.

Três anos depois, foi publicado o Decreto nº 3.551/2000, instituindo o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, sendo o registro o instrumento legal pensado pelo GT. Trata-se de um instrumento voltado para os bens que a sociedade reconhece como integrando seu patrimônio cultural. Esses bens uma vez registrados após um processo, recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro: I – Livro de Registro dos Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); II – Livro de Registro das Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva); III – Livro de Registro das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); e IV – Livro de Registro dos Lugares (espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). (BRASIL, 2000)

Com esse respaldo jurídico, em 2002, no final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, foi registrado, no Livro de Registro dos Saberes, o primeiro bem imaterial: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Trata-se da fabricação artesanal de panelas de barro no bairro de Goiabeiras Velha, em Vitória, cujo saber vem sendo repassado de geração a geração. Ainda que possam e sejam utilizadas como objeto decorativo, sua função relaciona-se com a cultura alimentar, ou mais especificamente à moqueca capixaba, prato “típico” do estado e feita tradicionalmente em panelas de barro.

Em 2005, já no governo Lula, foi registrado e inscrito no Livro dos Saberes, o Ofício das Baianas de Acarajé. O processo de instrução foi conduzido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, no âmbito do projeto “Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, proporcionado pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em 2008, o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes. Em 2014, a Cajuína, após articulação do estado do Piauí, foi inscrita no Livro de Registro dos Saberes. Em 2018, foi a vez do Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira e das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas serem inscritos no Livro de Registro dos Saberes, sendo que o segundo bem imaterial foi objeto, pela primeira vez, dos dois instrumentos de proteção (tombamento e registro) uma vez que também foram considerados patrimônio material os aspectos arquitetônicos relacionados a esse saber.

Paralelo a esse acúmulo de reconhecimento como patrimônio imaterial em âmbito federal, a cultura alimentar foi apropriada pelo Programa Cultura Viva (PCV), por meio de alguns Pontos de Cultura (PCs) espalhados pelo país. O PCV e os PCs são paradigmas da gestão Gil, ao articular-se com o esforço de institucionalizar as políticas culturais como políticas de Estado – ao virar a Política Nacional de Cultura Viva com a Lei 13.018/14 – e ao apresentar um desenho inovador – ao eleger como público alvo parcelas da sociedade brasileira que historicamente ficaram à margem das políticas culturais, a partir de uma concepção ampla de cultura, privilegiando sua dimensão comunitária, popular e participativa – tornando-se, inclusive, referência para outros países da América Latina. (BARBALHO; BRIZUELA, 2021)

Segundo o MinC, o PCV foi concebido como “uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação”. Pensado como uma política de continuidade, seu intuito principal é articular a atuação governamental com experiências político-culturais já existentes na sociedade, buscando, dessa forma,

criar “um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade”. (BRASIL, s. d., p. 18) O papel do MinC era o de “agregar recursos e novas capacidades”, em todas as regiões do país. Entre os objetivos do PCV, destaca-se: dar “vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora”; e “fomentar uma rede horizontal de transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos”. (BRASIL, s. d., p. 18)

Um exemplo da relação entre PCs e cultura alimentar é o Ecomuseu Rural de Barra Alegre, no distrito de Bom Jardim (RJ), que publicou em 2014 o livro *Receitas de Inhame*. Como situa a introdução, o tubérculo é fundamental para a identidade cultural do distrito, a ponto de ocorrer anualmente a “Festa do Inhame”, organizada pela comunidade. Outra experiência é a do Ponto de Cultura Olhares de Dentro que funciona no Quilombo da Fazenda, em Ubatuba (SP), envolvido com a tradição da cultura alimentar caiçara. (PARAVATI, 2014)

Por fim, conectando a política voltada para o patrimônio imaterial e os PCs, é exemplar a atuação do Ponto de Cultura Engenhos de Farinha, articulado pelo coletivo do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), atuante em Santa Catarina, onde promove a prática da agroecologia e atua no Movimento *Slow Food*. (PIERONI, 2014) Articulador da Rede dos Engenhos Artesanais da Grande Florianópolis, esse amplo movimento liderou o processo de registro em março de 2022 do modo de fazer a farinha polvilhada de Santa Catarina enquanto Patrimônio Cultural Imaterial no Livro de Saberes.

A CULTURA ALIMENTAR DÁ SEU CONSELHO NA POLÍTICA CULTURAL FEDERAL

Diante desse contexto, é possível defender que a criação do assento para a cultura alimentar no CNPC foi o ápice do processo de cultura-lização do alimento pelo MinC nos governos petistas. Nesse sentido,

analisar a trajetória de Tainá Marajoara, escolhida como a primeira representante do setor no Conselho⁴, possibilita acessar que tipos de recursos foram fundamentais nesse processo.

Cozinheira e ativista alimentar, descendente do povo Aruã marajoara, Tainá Paiva Godinho, a Tainá Marajoara, é filha de funcionários públicos. Em entrevista a Carlos Alberto Dória, afirma vir de “uma família onde há descendência (sic) de mulheres indígenas, pajés e curas”, onde viu “muita coisa sendo preparada pra curar, e faz parte dessa cultura indígena que é preservada hoje na tradição do povo marajoara, essas encantarias também”. (MARAJOARA, 2015) As encantarias, “preparado que vai provocar uma espécie de encantamento em alguém”, eram constantes na sua infância, dentro de casa, preparadas por sua bisavó e sua avó. Isso revela a relação afetiva do povo da Amazônia com o alimento: “Quantas vezes eu vi chegar, lá de Marajó, gente que trazia um monte de presentes. E os presentes eram comida. Às vezes eram farinhas; às vezes eram biju, ou um tracajá”. (MARAJOARA, 2015)

Tainá graduou-se em Ciências Sociais e em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará. Em seguida, foi para São Paulo, em busca de formação na área de teatro, o que a levou ao Centro de Pesquisa Teatral (CPT), coordenado por Antunes Filho. Também na capital paulista, fez uma especialização no Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) da USP. Seu interesse com a pós era dar continuidade a um trabalho que já tinha desenvolvido no Pará “sobre a relação da cultura com o alimento, com o aspecto simbólico, mitológico da cultura, as cosmovisões e o que isso tinha a ver com o alimento”. (MARAJOARA, 2015) Como afirma, a pós foi importante, mas a chegada ao conceito de cultura alimentar se deu mesmo “a partir da escuta com os antigos no Cachoeira do Arari, no Marajó. Eu

.....
4 A suplente de Tainá Marajoara, antes do assento ser retirado do CNPC com a reforma feita no Governo Bolsonaro, foi dona Rita Santos, carioca radicada na Bahia, e que coordena o conselho nacional da Associação de Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares (ABAM).

fui ouvir o que nossos velhos tinham a dizer para fazer essa incidência acadêmica”. (MARAJOARA, 2022)

Contudo, a passagem por São Paulo não deixou de ser um marco, pois a levou a perceber o que denomina de “processo de espetacularização da cozinha da Amazônia”, na realidade um processo de exotização da cultura alimentar “não familiar” ou não pertencente ao “centro” gastronômico do país:

Os chefes querem falar da cozinha da Amazônia, mas será que eles conhecem a cozinha do seu lugar? Será que os chefes de São Paulo vão nas comunidades locais, ou vão procurar os povos indígenas de São Paulo pra falar da cozinha ancestral de São Paulo com o mesmo apetite que querem falar da cozinha amazônica? E aí, de repente, a cozinha amazônica está no meio do marketing. E o povo que faz essa cozinha amazônica? Por que pessoalizar a cozinha da Amazônia, se essa cozinha representa a diversidade de povos?

Isso começou a me incomodar demais, porque sempre que falava de comida, parecia que eu estava falando de uma coisa alienígena ao mesmo tempo em que desperta muita curiosidade; uma coisa muito interessante, mas de um povo completamente distante de seu país [...] o que para muita gente parece que não existe, que é folclore, para a gente, que está ali, sabe a importância que tem. É uma relação com outro tempo, outro viver. Relação de pertencimento e familiaridade com a floresta. (MARAJOARA, 2015)

Com essa percepção, Tainá começa seu ativismo na cultura alimentar a partir da ONG Amazônia Viva, em especial com o Projeto Cata – Cultura Alimentar Tradicional Amazônica, e do Ponto de Cultura Alimentar Iacitatá Amazônia Viva, sediado em Belém, que criou em parceria com Carlos Ruffeil. O Iacitatá atua em diversas frentes, incluindo o mapeamento da cultura alimentar amazônica e de sua

cadeia produtiva, além de funcionar, desde 2014, como um restaurante e ponto de venda de produtos das comunidades da região e do Movimento Sem Terra (MST).

Sua atuação a conecta ao PCV e à rede de PCs, bem como à politização do campo cultural que, como dito, marca as gestões petistas na cultura, ou seja, à “série de movimentos de redes e movimentos culturais de lideranças que se reúnem periodicamente, não filiadas a partidos”. Ainda segundo Tainá, nesse processo, “nós nos reunimos, fazemos fóruns independentes e discutimos políticas públicas, fazemos cartas, recomendamos atender demandas”. (MARAJOARA, 2015)

Um dos resultados dessa mobilização coletiva foi a aprovação da Moção 094 durante a III Conferência Nacional de Cultura em 2013, na gestão de Marta Suplicy no MinC, e a formação do colegiado setorial de cultura alimentar no CNPC. Antes disso, como situa Tainá, o tema da cultura alimentar “não era considerado pelo Ministério da Cultura – e tão pouco trabalhado pelas universidades de forma a dar visibilidade”. (MARAJOARA, 2015) É importante ressaltar, referendado a avaliação da ativista, que essa agenda não estava nem no Texto-Base, nem nos Eixos Temáticos da III CNC.

Também não aparece no Plano Nacional de Cultura (PNC), com exceção dos itens 2.1.9 “Fomentar a difusão nacional e internacional das variações regionais da culinária brasileira, valorizando o modo de fazer tradicional, os hábitos de alimentação saudável e a produção sustentável de alimentos” e 2.6.4 “Promover as culinárias, as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas correspondentes como patrimônio brasileiro material e imaterial, bem como o registro, a preservação e a difusão de suas práticas”. (BRASIL, 2010)

A Meta 8 do PNC “110 territórios criativos reconhecidos” esclarece que o “reconhecimento de territórios criativos refere-se a uma chancela concedida pelo Ministério da Cultura (MinC)” e que “será concedida às cidades brasileiras que apresentarem candidatura em alguma área temática (música, cinema, gastronomia, artesanato etc.) e atenderem a um conjunto de parâmetros e requisitos”. (BRASIL,

2011, p. 31) Já a meta 22 “Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato”, que se refere “à valorização dos grupos de criadores locais e ao estímulo à experimentação artística de caráter profissional ou amador”, chama atenção para “a necessidade de revisão das categorias pesquisadas pela Munic/IBGE em suas próximas edições para qualificar/diversificar as áreas já existentes” e “possibilitar a medição da presença das diversas expressões culturais nos municípios”, incluindo a gastronomia. (BRASIL, 2011, p. 53)

Segundo Tainá, o Pará tinha sido o único estado que discutiu a cultura alimentar em sua Conferência Estadual que antecedeu a Nacional. A articulação teria ocorrido no Instituto Paulo Martins, uma ONG voltada para a promoção e desenvolvimento da gastronomia paraense, reunindo diversos agentes: representantes de órgãos públicos, sociedade civil, jornalistas e integrantes da cadeia produtiva alimentar paraense. Naquele momento surgiu “um tópico que definia o que era a cultura alimentar, relativo à memória, à arquitetura, aos saberes, aos fazeres, ao vocabulário, aos pertencimentos, às técnicas de cultivos tradicionais”. (MARAJOARA, 2015) Essa proposta foi levada para a Conferência Nacional e acatada pela plenária, incluindo assim “o conceito de cultura alimentar no escopo da cultura”.

A articulação continuou em outros âmbitos, como no Poder Legislativo, e com outros ministérios. No Congresso, ocorreu em 2104 uma audiência pública da lei Cultura Viva onde se tratou também da cultura alimentar. Ao longo daquele ano, o setorial da Cultura Alimentar “apresentou demandas, inclusive de estreitamento de diálogo ministerial e a proteção do produto artesanal como produto cultural”. (MARAJOARA, 2015)

Com o respaldo de sua inserção no PCV por meio do Iacitatá, Tainá entrou em uma rede internacional ligada à cultura alimentar, como, por exemplo, no Conselho Iberoamericano de Cultura, na Cúpula Mundial de Cultura e Arte da ONU e na Universidade de Barcelona.

Nesses espaços, pode-se falar da formação do setorial de cultura alimentar e de seu alcance como direito fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação da operacionalidade do conceito de cultura por parte do MinC, ou seja, o recurso à sua “dimensão antropológica”, não só ampliou a agenda do Ministério, como também, em um movimento conjugado, incorporou novos agentes político-culturais, caso dos indivíduos e coletivos ligados à cultura alimentar. Embora o setor, entendido como alimentação, culinária ou gastronomia, já tenha sido objeto de alguma atenção por parte da política cultural federal e, efetivamente, alvo de programas e ações, com destaque para as de patrimônio imaterial, foi só na confluência com o processo de politização do campo cultural que ele pode ser tratado a partir do conceito de cultura alimentar.

Indicativo dessa mudança conceitual é a incorporação do termo na III Conferência Nacional de Cultura, acontecimento marcante no envolvimento dos agentes culturais na deliberação das políticas culturais em âmbitos municipal, estadual e federal. Em seguida, o assento conquistado no CNPC institucionaliza o lugar de fala e de poder para os “fazedores de cultura” ligados à alimentação. O fato de recair sobre Tainá Marajoara a escolha como representante desse grupo no Conselho também é revelador dessa conjuntura.

A trajetória de Tainá revela como a operacionalidade da “dimensão antropológica da cultura” com a criação do PCV e dos PCs se conjuga com o processo de politização do campo, uma vez que Tainá está vinculada ao Ponto de Cultura Iacitatá e sua atuação política em defesa da cultura alimentar amazônica, se não ocorre exclusivamente no âmbito do MinC, encontra naquele espaço institucional uma acolhida inédita. Em outras palavras, Tainá mobilizou recursos diversos, tanto externos ao campo cultural (ativismo em outras áreas), quanto internos, incluindo, inclusive, seu investimento no campo acadêmico, tanto nas graduações, quanto na pós.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. de. Anteprojeto para a Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, 2002.
- ANDRADE, M. de. *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura*. São Paulo: IOSP, 2015.
- BARBALHO, A. Acerca de “fenômenos políticos curiosos”: a politização do campo cultural no Brasil contemporâneo. *PragMATIZES–Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, v. 12, n. 23, p. 225–251, 2022a.
- BARBALHO, A. Os Dirigentes da Cultura: a elite da Política Cultural na Era Weffört. *TOMO*, v. 1, p. 451–478, 2022b.
- BARBALHO, A.; BRIZUELA, J. De Pontos de Cultura à Cultura Viva Comunitária: teias de políticas públicas e de agentes culturais na América Latina. In: Júlio César Suzuki, Maria Margarida Cintra Nepomuceno, Gilvan Charles Cerqueira de Araújo (org.). *Organismos internacionais nas políticas culturais para a América Latina: arte, cultura, resistência*. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2021. p. 252–277.
- BARBATO JÚNIOR, R. *Missionários de uma utopia nacional–popular*. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2004.
- BOTELHO, I. *Romance de formação: Funarte e política cultural 1976–1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.
- BOTELHO, I. *Dimensões da cultura*. Políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Sesc, 2016.
- BOURDIEU, P. *Sur l’État*. Paris: Seuil, 2012.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura Viva*. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. 3ª edição revisada. Brasília: MinC, 2007.
- BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- BRASIL. *Decreto nº 8.611, de 21 de dezembro de 2015*. Altera o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de

Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. *Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, 2010.

CARVALHO, J. C. de M. Cajueiro Nordestino. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 82–90, 1983.

GIL, G.; FERREIRA, J. *Cultura pela Palavra: Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da Cultura (2003–2010)*. Rio de Janeiro: Versal, 2016.

LUZ, L. *O ofício para comer fogo: uma análise sobre a patrimonialização do ofício das baianas de acarajé*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, 2020.

LUZ, L.; BARBALHO, A. Cultura alimentar como objeto das políticas culturais: o caso brasileiro (2003–2016). *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 5, p. 137, 2021.

MAIA, T. de A. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil–militar (1967–1975)*. São Paulo: Iluminuras, 2012.

MARAJOARA, T. *A gastronomia neoliberal e a tentativa de aniquilação da cultura alimentar*. Entrevista concedida a Flávia Schiochet. 202. Disponível em: <https://flaviaschiochet.substack.com/p/entrevista-taina-marajoara>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MARAJOARA, T. *Uma garota do barulho quer roubar a cena da gastronomia*. Entrevista concedida a Carlos Alberto Dória. 2015. Disponível em: <http://ebocalivre.blogspot.com/2015/03/uma-garota-do-barulho-quer-roubar-cena.html>. Acesso em: 30 dez. 2022.

MENCARELLI, F.; COELHO, M. D. (org.). *FORCULT: instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES*. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

MICHETTI, M.; BURGOS, F. Fazedores de cultura ou empreendedores culturais? Precariedade e desigualdade nas ações públicas de estímulo à cultura. *Políticas Culturais em Revista*, v. 9, n. 2, p. 582–604, 2016.

MOTA, M. Cajueiro Nordestino. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 82–90, 1983.

- MUNIAGURRIA, L. A. *Políticas da cultura: trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional*. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2018.
- MUNIZ JR, J. de S.; BARBALHO, A. Entre a diversidade e o antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, 2020.
- OLIVEIRA, L. C. de; DIAS, L. As políticas de preservação do patrimônio cultural no estado de Minas Gerais: desdobramentos do município de São Sebastião do Paraíso. *Rev. CPC*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 149-176, jan./jun., 2021.
- OLIVEIRA, M. A. S. A. de; CUNHA, G. E. da. Desdobramentos do processo de patrimonialização da paisagem carioca na alimentação: o caso dos food trucks. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 20, n. 2, 2020.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PARAVATI, L. C. *Aspectos comunicativos e culturais nos hábitos culinários caiçara da comunidade quilombola da fazenda Picinguaba de Ubatuba*. 146p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.
- PIERONI, G. C. *Engenhos da Cultura: teias agroecológicas*. Florianópolis: Ponto de Cultura Engenhos de Farinha/Cepagro, 2014.
- PIERONI, G. C. *Fazedores de cultura, comedores de patrimônio: Estado e sociedade civil no Registro do patrimônio imaterial ligado à alimentação (2000/2016)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2018.
- RIBEIRO, D. Política cultural no Rio de Janeiro. *Revista do Brasil*, edição especial, 1986.
- SANTOS, V. Belém como metrópole cultural e criativa da Amazônia: Contribuições para a elaboração do plano municipal de cultura de Belém. In: Solange Aparecida de Souza Monteiro (org.). *Cultura, resistência e diferenciação social*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 48-65
- SILVA, B. História da animação cultural nos CIEPs: uma análise sócio-histórica a partir da fala dos idealizadores do programa. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2008. p. 1-47.

SILVA, F. F. da. Mário e o patrimônio: um anteprojeto ainda atual. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, p. 128-137, 2002.

SOARES, J. Política cultural: uma análise da experiência da arte e da cultura na periferia de São Paulo. *In: Arte, cultura e educação. Contribuições da periferia*. COLBAA: Jaén, 2012.

VILAÇA, M. V. Cajueiro Nordestino. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 82-90, 1983.